

Sobre a mais-valia relativa

Data	Junho de 2014
Autor	Robin Goodfellow
Versão	2.0

Existe uma tradição permanente na esquerda intelectual brasileira que consiste em minimizar, ou mesmo negar, todo o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil ou ainda na China, Índia ou Rússia. Essa tradição que vê no imperialismo um obstáculo absoluto ao desenvolvimento perpetua-se de uma forma cada vez mais absurda.

Dizer que na escala industrial das nações esses países ocupam uma posição inferior à das velhas nações capitalistas é decerto correto, mas negar que estes mesmos países possam escalar mais rápido no mercado mundial do que estas velhas nações e que, conseqüentemente, iniciem uma ultrapassagem sobre elas, ao mesmo tempo em que as desestabilizam, é dar prova de uma cegueira total.

Essa análise repousa particularmente na ideia de que a produtividade e, em seguida, a competitividade das nações mais desenvolvidas é elevada porque a valorização do capital sustenta-se na predominância da produção da mais-valia relativa, enquanto que no Brasil, na China, etc., a valorização do capital sustenta-se de maneira predominante na produção da mais-valia absoluta. Segue-se que suas produtividades e competitividade são baixas.

Tal concepção está assentada na maior confusão acerca dos conceitos fundamentais do marxismo e na ignorância da lei do valor em escala internacional.

Produção da mais-valia e duração da jornada de trabalho

Para Marx é evidente que a mais-valia absoluta não pode existir se não houver certo grau de produtividade e que a mais-valia relativa não pode existir se não houver certa duração da jornada de trabalho.¹ Na história, uma vez instalada a produção capitalista e o acréscimo de produtividade que lhe acompanha, como o processo de trabalho é aquele herdado dos antigos modos de produção, o crescimento da produtividade somente pode se mover em limites estreitos e, portanto, o capital somente pode se valorizar ao máximo pelo prolongamento da jornada de trabalho – a produção da mais-valia absoluta - e pela extensão da produção.

Mas, em seguida, com a revolução industrial - o maquinismo –, o capital pode subordinar realmente o trabalho a si mesmo. Abre-se então um novo período para a produção capitalista, o da grande indústria. Marx, tomando as precauções usuais, data de maneira precisa o começo da revolução industrial: 1735. Com o desenvolvimento do maquinismo, o capital tem condições de ampliar os limites da produção da mais-valia. De um lado, desenvolvendo a produtividade do trabalho e, com ela, a mais-valia relativa, e de outro, aumentando a duração da jornada de trabalho, a máquina permite, com efeito, quebrar a resistência do proletariado e substituir os homens pelas mulheres e crianças. Até certo ponto, a produção da mais-valia relativa e a

¹ “O prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a apropriação desse mais-trabalho pelo capital — isto é a produção da mais-valia absoluta.” (Marx, O Capital, Seção 5, Cap. XIV).

“Ela (a mais-valia absoluta – NDR) constitui a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção da mais-valia relativa. Com esta, a jornada de trabalho está desde o princípio dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o sobretalho reduz-se o trabalho necessário por meio de métodos pelos quais o equivalente do salário é produzido em menos tempo.” (Marx, O Capital, Seção 5, Cap. XIV)

produção da mais-valia absoluta não são incompatíveis e é isto que se observa com a revolução industrial. Somente a partir do segundo terço do século XIX é que os dois fenômenos em parte entram em oposição. A partir de então, a classe capitalista opta pelo desenvolvimento da mais-valia relativa desenvolvendo a produtividade e a intensidade do trabalho a fim de compensar, e bastante, a redução da jornada de trabalho. Mas, a tendência ao alongamento do tempo de trabalho não desaparece por isso. Ela se manifesta através de horas suplementares, do trabalho por turnos, da busca pela compensação da queda dos superlucros, da idade da entrada na aposentadoria, da luta pelo aumento do tempo de trabalho legal, etc.

Em um país como a França, em duzentos anos o tempo de trabalho anual foi mais ou menos dividido por dois (3.000 horas em 1800 e atualmente cerca de 1.600). Hoje, o PIB do Brasil aproxima-se daquele da França e deverá provavelmente ultrapassá-lo nos próximos anos. Do ponto de vista do modo de valorização do capital, para que se pretenda opor radicalmente a produção da mais-valia, por exemplo, no Brasil e na França, seria preciso mostrar que o tempo de trabalho teria tendência a aumentar no Brasil, enquanto que ele teria tendência a diminuir na França.

Antes de analisar os dados estatísticos disponíveis, cabe uma palavra de advertência. Tentar encontrar equivalentes das categorias do socialismo científico no matagal das estatísticas burguesas é uma tarefa que exige muita prudência (por exemplo, não há distinção entre trabalhadores produtivos e improdutivos). Além da debilidade das teorias que as sustentam, não se pode esquecer que a classe capitalista escamoteia e manipula os dados segundo suas conveniências. Mesmo assim, a despeito de ajustes necessários e aproximações grosseiras, os dados disponíveis falam por si mesmos, de modo que restam poucas dúvidas no que diz respeito às grandes tendências.

Com relação às grandes tendências, qual é o quadro da evolução da jornada média de trabalho anual no Brasil? Apesar das dificuldades para a obtenção de uma série razoavelmente consistente para um período significativo, digamos de trinta anos, constata-se que o Brasil segue a tendência histórica de longo prazo dos países mais desenvolvidos de encurtamento da jornada média de trabalho anual. Vamos considerar aqui o período de 1982 a 2012.² Um primeiro resultado, que decorre da comparação da evolução das horas trabalhadas anuais (HT) com a evolução da população ocupada (PO), é a confirmação da tendência geral de encurtamento da jornada média de trabalho anual³, como pode ser deduzido da Figura 1. A figura mostra que a taxa de

² A elaboração de uma série confiável de dados para a duração da jornada de trabalho em um período longo encontra dificuldades adicionais devido a mudanças ocorridas nas metodologias dos levantamentos feitos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o órgão oficial das estatísticas nacionais. No caso das horas trabalhadas e da jornada de trabalho, as principais fontes de informações são a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e a PME (Pesquisa Mensal de Empregos), feitas sistematicamente desde o início de 1980. Escolhemos o período de 1982 a 2012 por nos depararmos com um trabalho técnico interessante da economia política que procura compatibilizar essas mudanças metodológicas e os enfoques distintos dessas duas pesquisas neste período: Barbosa Filho, F.H.; Pessoa, S. A. *Pessoal ocupado, horas trabalhadas, jornada de trabalho e produtividade no Brasil*. Ensaios IBRE de Economia Brasileira, FGV 2013, pp. 207-224. Não nos deteremos aqui sobre os detalhes da construção da série de horas trabalhadas no período, pois isto implicaria uma longa digressão sobre particularidades técnicas do tratamento estatístico. Aqui, basta dizer que esse tratamento não é desprovido de coerência nos limites estreitos da economia política.

crescimento da população ocupada, cerca de 100% no período, é maior do que a da primeira que apresenta um crescimento de aproximadamente 75%.

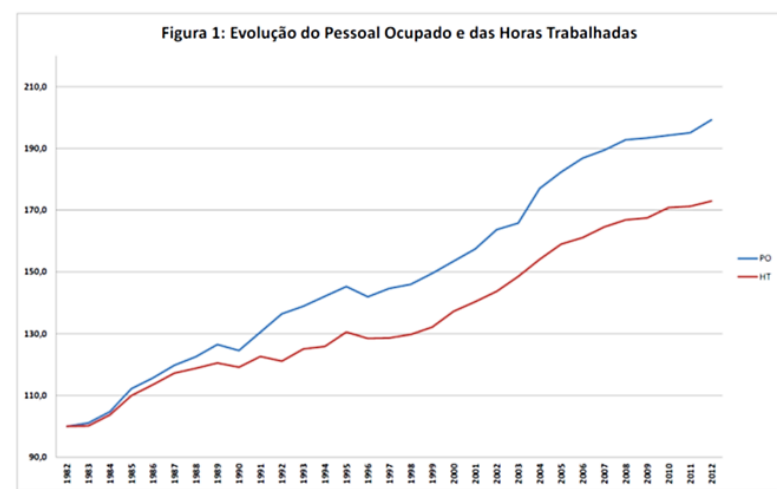


Figura 1. Comparação da evolução da população ocupada com a quantidade de horas trabalhadas anuais.

Fonte: Barbosa Filho, F.H.; Pessoa, S.A. (2013), *op. cit.*

A Figura 2 apresenta a evolução da jornada média de trabalho anual no período considerado.

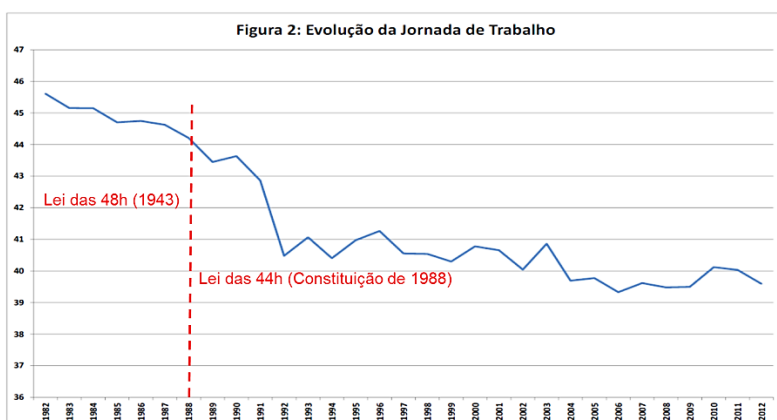


Figura 2. Evolução da jornada média de trabalho anual.

Fonte: Barbosa Filho, F.H.; Pessoa, S.A. (2013), *op. cit.*

Pode-se notar que entre 1982 e 1988 a jornada média, ainda sob o regime da lei das 48 horas semanais de 1943, já mostra uma tendência de queda (cerca de -3,1%) e nos três anos que seguem a lei das 44 horas semanais (Constituição de 1988), a queda é mais acentuada (cerca de -8,4%). Essa tendência mostra que a lei das 44 horas foi uma consequência de uma tendência já em andamento e que nos últimos quinze anos a jornada média varia em torno das 40 horas. Do

³ Quando dizemos aqui que nos interessa analisar apenas as grandes tendências, concentramo-nos nas médias anuais e não nas flutuações pontuais devido a períodos de aceleração da produção para formação de estoques, de maus períodos de venda, de crises do capital, etc.

mesmo modo, a reivindicação em curso há algum tempo para a promulgação da lei das 40 horas é uma consequência dessa tendência de encurtamento.

Para reforçar nosso argumento contra um refinamento dessa tradição que diz que a proporção da população que trabalha em jornadas médias de trabalho de mais de 44 horas é maior e praticamente não variou até hoje, ou até mesmo aumentou, podemos elaborar um quadro baseado nos dados disponíveis. O Quadro 1 apresenta a distribuição, em porcentagem, da população ocupada no Brasil por faixas de duração da jornada média de trabalho em alguns anos selecionados.⁴

Parcela da População Ocupada por Jornada de Trabalho (em %)								
	1986	1989	1992	1995	1998	2004	2008	2012
<40 h	(*)	(*)	(*)	29,5	29,5	30,2	29,8	27,2
40-44h	(*)	(*)	(*)	32,6	31,6	34,3	39,4	44,7
>44 h	53,9	39,6	39,4	38,9	38,9	35,5	30,8	28,1

*Quadro 1. Distribuição da população ocupada por jornada média de trabalho.
Fontes: IBGE e PNADs dos anos referenciados.*

A proporção da população que trabalho mais de 44 horas diminui sistematicamente desde 1986, cerca de -48%, e a que trabalha entre 40 e 44 horas aumenta também sistematicamente cerca de 37% entre 1995-2012. Cabe observar que para os trabalhadores assalariados em empregos formais, as férias são de 30 dias e existe uma dezena de feriados. Em números aproximados, o tempo de trabalho anual para uma ocupação em tempo integral é da ordem de 20% superior ao que existe na França (um dos países do mundo de menor tempo de trabalho).

Todos esses resultados demonstram que a tendência geral da evolução da jornada média de trabalho anual no Brasil segue o sentido inverso daqueles que pregam que a proporção da população ocupada que trabalha mais do que a jornada legal não varia e é “estruturalmente” predominante, como reflexo da “predominância da produção da mais-valia absoluta”. Evidentemente, se a relação de forças for favorável e se ela tiver necessidade, a classe capitalista constrange o proletariado a produzir a mais-valia absoluta mesmo nos processos de trabalho baseados no maquinismo moderno, como bem mostrou Marx no Livro I do “Capital”, o que não invalida em nada a tendência evidenciada.

Desse modo, o Brasil segue a tendência histórica de longo prazo dos países mais desenvolvidos, enquanto que estes, particularmente devido aos efeitos de uma crescente concorrência, tendem a aumentar novamente o tempo de trabalho (por exemplo, na França o proletariado confronta-se com a vontade de se derrubar a semana de 35 horas, com um aumento do tempo de trabalho efetivo, com um aumento do número de anos de trabalho para se obter uma aposentadoria

⁴ O critério para a seleção dos anos foi: 1986 (antes da lei das 44 horas), 1989 (logo em seguida da lei), 1992 (crise), 1995 (período entre crises), 1998 (crise), 2008 (não foram encontrados dados para 2009 – crise), 2012 (final do período da análise). As quantidades referentes às células assinaladas com (*) foram rejeitadas por não passarem pelos critérios estatísticos adotados para a série longa.

integral, com um recuo da idade legal para se aposentar – 62 anos contra 60 anos, este último se tornando cada vez menos o caso geral, e assim por diante).

Não temos, portanto, de um lado países desenvolvidos que reduzem o tempo de trabalho – eles têm a tendência a aumentar – enquanto que do outro, em países como o Brasil, a China ou a Rússia, prolonga-se a jornada de trabalho, forma característica da extração da mais-valia absoluta.

Processo de trabalho e produção da mais-valia

De um ponto de vista teórico, uma segunda maneira de evidenciar a produção da mais-valia absoluta seria a de considerar que o processo de trabalho não permite produzir a mais-valia relativa. No Livro I do “Capital”, Marx compara o produtor têxtil inglês que dispõe de máquinas e o produtor chinês que ainda tece com instrumentos herdados das formas de produção pré-capitalistas.

“Se um fiandeiro inglês e um chinês trabalhassem, por exemplo, o mesmo número de horas com a mesma intensidade, ambos produziriam, numa semana, valores iguais. Apesar dessa igualdade, há uma enorme diferença entre o valor do produto semanal do inglês, que trabalha com uma poderosa máquina automática, e o do chinês, que dispõe apenas de uma roca de fiar. No mesmo tempo em que o chinês fia 1 libra de algodão, o inglês fia várias centenas de libras. Uma soma de valores anteriores várias centenas de vezes maior incha o valor do produto do fiandeiro inglês, produto no qual tais valores são conservados sob uma nova forma útil e podem, assim, funcionar novamente como capital.” (Marx, O Capital, Livro I, seção VII, capítulo 22 §4)

Nessa configuração é o produtor de Manchester que arruína o produtor chinês. Hoje, no mercado mundial, a China tornou-se o primeiro produtor mundial de roupas e inunda o mundo com roupas a preço baixo. Caberia perguntar se essa produção é realizada com rocas de fiar ou com máquinas que funcionam com eletricidade? Basta observar as fábricas chinesas para ver que, qualquer que seja a importância do tempo de trabalho, as terríveis condições de trabalho, a disciplina quase militar que lá é imposta e a usura prematura dos trabalhadores que decorre delas, a produção repousa na utilização das máquinas. No Brasil as coisas também são assim na construção de automóveis, de aviões, na metalurgia e vários outros setores industriais, incluindo o têxtil.

A questão de saber se o processo de trabalho dos países menos desenvolvidos supõe uma mão de obra significativa em relação ao capital constante adiantado, ou em outras palavras, se estamos falando de setores cuja composição técnica do capital destes países é inferior à dos países mais desenvolvidos, permitindo que os primeiros façam uma concorrência eficaz aos segundos desde que as mercadorias produzidas sejam idênticas, não deve mascarar em nada o fato de que esta produção se apoia em um maquinismo moderno que é às vezes equivalente ao dos países mais desenvolvidos (nada mais parecido do que um computador chinês na China do que um computador chinês nos Estados Unidos, no Brasil ou na França).

Evolução do salário real

Um terceiro argumento, mais sutil e inscrito na tradição de certa esquerda intelectual brasileira, sempre pronta para procurar pelo em ovo, seria a de considerar que essa produtividade fraca diz

respeito apenas às mercadorias que entram na reprodução da força de trabalho. Por exemplo, para a China e o Brasil, a produtividade elevada diria respeito somente às mercadorias exportadas ou ainda aos objetos de luxo consumidos pelos novos ricos. O argumento teria tanto mais alcance quanto mais famélico fosse o salário, que não permitiria comprar senão alguns produtos de base.

Esse argumento já esteve bastante em voga nos anos 1980 no marxismo corrompido de certa esquerda brasileira. Era suposto que ele explicaria as dificuldades, e mesmo a impossibilidade, do desenvolvimento capitalista no Brasil. Esse argumento pretende, portanto, que os elementos constitutivos da reprodução da força de trabalho não variaram, que eles não evoluíram historicamente, que os salários reais não aumentaram e não podem aumentar. Em resumo, seria uma reedição de uma variante da pauperização absoluta da classe proletária, que a menor estatística, a menor apreciação do nível de vida e do tipo de consumo da classe operária invalida na primeira olhada.

Vejamos a evolução do salário real médio no Brasil.⁵ Devido às dificuldades de definir e calcular as mercadorias que entram na reprodução da força de trabalho, que deve levar em conta a família do trabalhador e seus membros não assalariados, as mercadorias necessárias além dos meios de subsistência, etc., calcularemos aqui um índice indireto para apontar a tendência geral da evolução do salário real. Esse índice expressa a evolução da capacidade de o salário nominal anual médio comprar os meios de subsistência necessários à reprodução anual da força de trabalho de um único trabalhador. Ele será denominado de “capacidade de subsistência”, cuja tendência à alta indica que o trabalhador pode comprar mais mercadorias, sinalizando uma tendência de aumento do salário real.

Outra dificuldade encontra-se na consistência dos dados estatísticos sobre a massa salarial para o período anterior a 1994 (implantação do “Plano Real”). Assim, em vez de considerar o período que estamos analisando, consideraremos o período 1994-2012. A “capacidade de subsistência” será definida pela relação entre o salário nominal médio anual por trabalhador e o preço médio dos meios de subsistência necessários consumidos durante um ano por trabalhador.⁶ As

⁵ Marx define três tipos de salários: salário nominal, salário real e salário relativo:

“Por conseguinte, o preço em dinheiro da força de trabalho, o salário nominal, não coincide com o salário real, i.e., com a quantidade de mercadorias que é realmente dada em troca do salário. Portanto, ao falarmos de um aumento ou uma queda de salário, temos que considerar não apenas o preço da força de trabalho, o salário nominal, mas também o salário real.

Ora, nem o salário nominal – i.e., a quantidade de dinheiro pela qual o trabalhador se vende ao capitalista – nem o salário real – i.e., a quantidade de mercadorias que ele pode comprar com este dinheiro – exaure as relações que estão compreendidas no termo salário.

Os salários são determinados, acima de tudo, pelas suas relações com o ganho, o lucro, do capitalista. Em outras palavras, o salário é uma quantidade proporcional, relativa.

O salário real expressa o preço da força de trabalho em relação ao preço das mercadorias; o salário relativo, por outro lado, expressa a parte do trabalho imediato no novo valor criado por ele em relação à sua parte respectiva no trabalho acumulado, no capital.” (Marx. Trabalho assalariado e capital)

⁶ Em linhas gerais, o método utilizado para calcular a “capacidade de subsistência” foi: a) cálculo do salário nominal médio anual por trabalhador – a massa salarial nacional dividida pela população ocupada em um determinado ano; b) cálculo do preço médio dos meios de subsistência necessários – cálculo do preço médio anual dos meios de subsistência consumidos durante um ano por trabalhador. Todas as quantidades monetárias foram expressas em valores correntes de janeiro de 2013.

mercadorias que constituem estes meios de subsistência são as definidas na “cesta básica” segundo a lei nº 399 de 1938, ainda em vigor.

A Figura 3 apresenta a evolução de três componentes: o salário nominal médio anual (SN), o preço médio anual dos meios de subsistência (PM) e a “capacidade de subsistência” (CS). Os valores foram calculados como índices cuja base é 1994 = 100. Os valores monetários em Reais, como nas demais partes deste trabalho, são valores deflacionados para janeiro de 2013. Observando as tendências das curvas dos três componentes (em linhas tracejadas), a figura mostra que: após um período de queda, a taxa de crescimento do preço médio anual dos meios de subsistência apresenta uma alta a partir da crise de 2001, mas em contrapartida o salário nominal médio anual cresce mais rápido do que ele a partir de 2003-2004. Quanto à tendência da “capacidade de subsistência”, depois de permanecer razoavelmente constante até 2002, ela apresenta uma alta contínua, indicando que a tendência do salário pago ao trabalhador (salário nominal) permite-lhe comprar mais mercadorias do que os “meios de subsistência” considerados. De todo modo, ela é superior à tendência do preço médio dos meios de subsistência ao longo de todo período. Em outras palavras, esse comportamento indica um aumento do salário real médio anual, derrubando esse terceiro argumento.

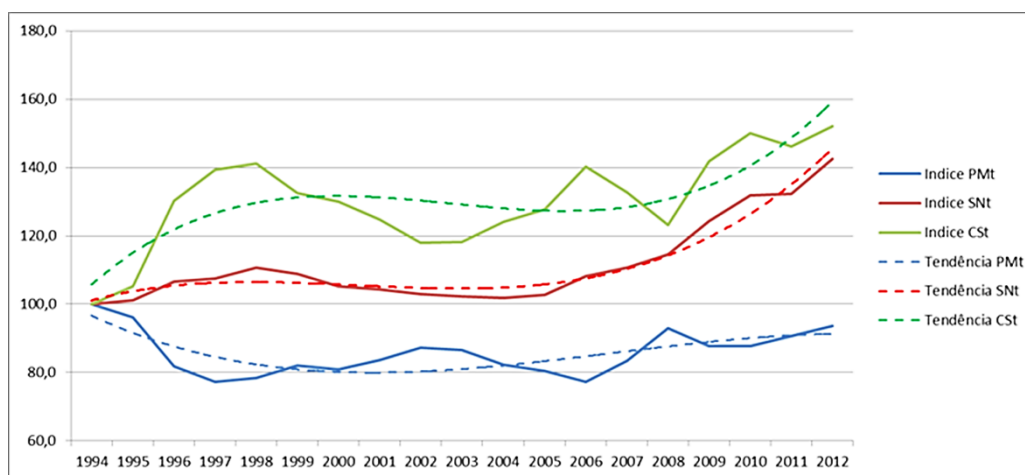


Figura 3. Evolução do preço médio anual dos meios de subsistência (PM), do salário nominal médio anual (SN) e da “capacidade de subsistência” (CN). Fontes primárias: IBGE, DIEESE – publicações do período.

Encontra-se igualmente na literatura revisionista, sob a capa de mais-valia absoluta, um argumento que não tem nada a ver com a questão e que mostra a que ponto o marxismo de cátedra propaga as mais fantasiosas afirmações revisionistas. Segundo essa concepção haveria uma produção de mais-valia absoluta, pois o preço da força de trabalho estaria abaixo de seu valor. Para Marx, a mais-valia absoluta diz respeito apenas ao prolongamento da jornada de trabalho e, portanto, sua definição não contempla o preço da força de trabalho.⁷ Ora, este último flutua em torno do valor em relação com a oferta e a demanda de trabalho e, bem entendido, com o desenvolvimento de uma superpopulação (absoluta e/ou relativa). No modo de produção capitalista mais moderno – subordinação real do trabalho ao capital – aumenta a probabilidade de

⁷ “A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais.” (Marx, O Capital, Seção 5, Cap. XIV)

uma relação de forças favorável à classe capitalista e, portanto, o aumento da superpopulação relativa fica mais fortemente relacionado ao desenvolvimento da composição orgânica do capital, da produtividade do trabalho e da mais-valia relativa. Ou seja, a queda do preço da força de trabalho abaixo de seu valor não é uma característica da subordinação formal do trabalho ao capital ou da produção da mais-valia absoluta, mas percorre toda a história do modo de produção capitalista.

A lei do valor na escala internacional

Portanto, é uma vã ilusão opor um mundo privado de produtividade assentado na produção da mais-valia absoluta e um mundo de alta produtividade assentado na produção da mais-valia relativa.

Para Marx, a lei do valor é profundamente modificada na sua aplicação internacional: a produtividade do trabalho conta aqui como intensidade toda vez que a concorrência não obriga o país mais rico a levar este valor ao nível do país menos desenvolvido. Enquanto a divisão internacional do trabalho funcionar em proveito do país mais desenvolvido, portanto, enquanto as mercadorias que ele produz conseguirem evitar concorrência das nações mais desenvolvidas, nas suas trocas a nação mais rica pode explorar melhor a nação mais pobre.

Por exemplo, uma jornada de trabalho no país A, o país rico, contará no mercado mundial como três dias de trabalho do país pobre, supondo-se que a produtividade no país A seja três vezes mais elevada do que no país B. A França e o Brasil têm um PIB mais ou menos idêntico, mas o PIB da França é realizado com uma vintena de milhões de pessoas que trabalham aproximadamente 1600 horas por ano, ou seja, pouco mais de 32 bilhões de horas. Para realizar o mesmo valor no mercado mundial, o Brasil mobiliza cerca de 90 milhões de pessoas que trabalham algo mais que 2000 horas por ano, ou seja, por volta de 180 bilhões de horas. Muito grosseiramente deduzimos que 1 hora de trabalho na França se troca contra 6 horas de trabalho no Brasil. O país mais produtivo explora o outro nas suas trocas no comércio internacional.

Se a produtividade aumenta e, com ela, a mais-valia relativa, o valor aparente criado por cada trabalhador ativo⁸ deve igualmente aumentar, considerando que todas as condições não se alterem. Será que isso só vale para, por exemplo, a França e não para o Brasil? A Figura 4 mostra a tendência da evolução do valor aparente por trabalhador ativo (VAA), um indicador da intensidade aparente do trabalho nacional no mercado mundial. Como se pode ver claramente, o fenômeno de seu aumento aplica-se igualmente ao Brasil e mostra que esta nação também obedece às leis do valor na escala internacional, integrando-se no grande jogo da divisão internacional do trabalho. As relações de dominação não são fixas e absolutas, mas evolutivas e relativas.

A tendência do aumento desse indicador indica, portanto, o potencial de uma nação para galgar posições relativas a outras nações na divisão internacional do trabalho. Para aqueles que sustentam a invariância da predominância da produção da mais-valia absoluta no Brasil, embora

⁸ O termo “aparente” aqui diz respeito à modificação, acima mencionada, que o valor sofre na sua expressão no mercado mundial. Do ponto de vista da teoria marxista, este valor é criado somente pelo trabalho produtivo.

desconheçam a transformação da lei do valor no plano internacional e, portanto, não consideram um indicador similar, o valor aparente por ativo não deveria apresentar uma tendência de alta.

Dentre as várias dificuldades para obter esse índice, uma é que a população ocupada nas estatísticas burguesas inclui tanto o trabalho produtivo como o improdutivo. Isso significa que a magnitude desse valor é bem maior do que o calculada aqui. A Figura 4 mostra a evolução do valor aparente por ativo em Reais de janeiro de 2013 para o período 1982-2012.⁹ Esse valor passa de aproximadamente R\$ 40.500,00 em 1982 para R\$ 53.700,00 em 2012: uma variação de pouco mais de 32% em 30 anos, isto é, cerca de 0,94% ao ano considerando tanto o trabalho produtivo como o improdutivo. Esse resultado mostra que o modo de produção capitalista no Brasil, mesmo que de modo não tão vistoso, apresenta uma tendência crescente do aumento de seu potencial para subir na escala das nações no mercado mundial.

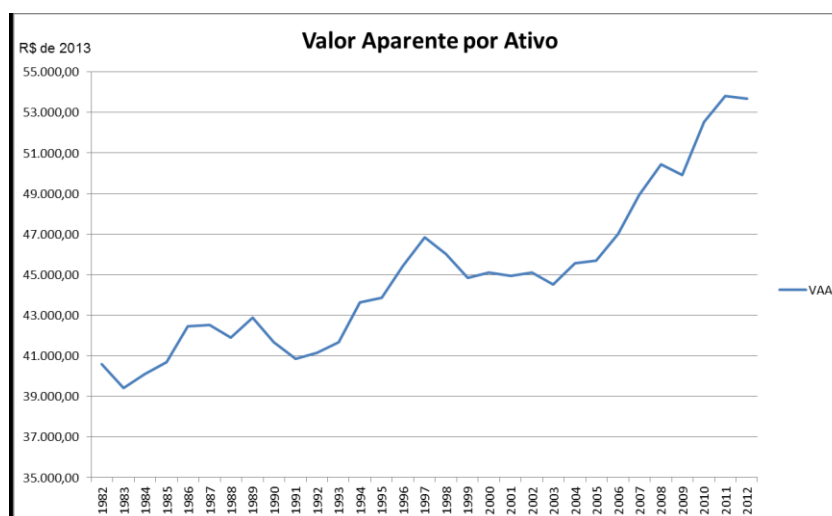


Figura 4. Evolução do valor aparente por ativo.
Fonte primária: IBGE – PNADs e PMEs do período.

Outra consideração que reforça esse resultado é apresentada na Figura 5: a comparação das tendências das taxas de variação anuais da população ocupada (PO) e das taxas de variação anuais do valor aparente por ativo (VAA). Podemos observar a tendência de alta da taxa de crescimento do valor aparente por ativo, enquanto que a tendência da taxa de crescimento da população ocupada é de baixa, e isto no quadro de diminuição da jornada média do trabalho. Uma

⁹ O método de cálculo do VAA é relativamente complexo e apresenta algumas dificuldades para a obtenção de seus principais componentes. Seu cálculo envolve duas quantidades: a massa de valor criado nacionalmente e o total de trabalhadores produtivos que a produziu. Ora, a primeira requer a obtenção dos dados do capital constante, do capital variável e da mais-valia. Como sabemos a economia política não considera o capital constante, tendo apenas medidas grosseiras relacionadas ao capital fixo. Quanto à segunda, como já foi dito, as estatísticas burguesas não distinguem trabalho produtivo e improdutivo. Mesmo assim, podemos obter esse indicador de modo bastante grosseiro, o que já basta para o ponto de vista das grandes tendências. Os passos principais do método utilizado são: a) obtenção do valor total produzido no plano nacional: subtração da depreciação do capital fixo do PIB; b) das séries ajustadas da jornada média do trabalho nacional (utilizadas anteriormente) e da população ocupada, obtém-se um coeficiente cuja magnitude depende do total anual de horas médias trabalhadas por trabalhador ocupado (para considerar a quantidade total de horas médias trabalhadas anualmente); c) este coeficiente é aplicado à população ocupada; d) divisão do PIB pelo resultado do passo (c).

tendência, portanto, diametralmente oposta àquela sustentada pelos defensores da predominância “invariante” da mais-valia absoluta no Brasil.

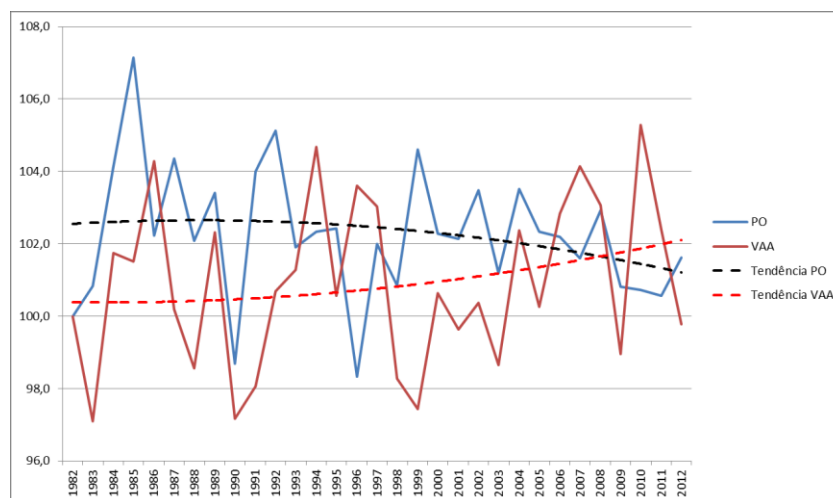


Figura 5. Evolução das taxas de variação anuais do valor aparente por ativo e da população ocupada.
Fonte primária: IBGE – PNADs e PMEs do período.

Vamos supor agora que o Brasil esteja produzindo o mesmo produto que a França. Por exemplo, criação de frangos em sistemas de bateria. Nesse caso, como o valor das mercadorias que produz é mais baixo, o Brasil é capaz de submeter o país mais rico a uma concorrência devastadora. O país mais rico deve reduzir drasticamente ou mesmo abandonar essa produção e procurar produtos com maior valor agregado, por exemplo, frangos criados com agricultura orgânica. A divisão internacional do trabalho se modifica, evolui. Tais diferenças de produtividade refletem-se no valor das moedas. Compreende-se então facilmente que uma guerra surda é travada, por exemplo, entre a moeda chinesa, o renminbi¹⁰, e o dólar.

Deve-se notar também que não falamos aqui do nível dos salários de cada país. O país menos produtivo não é o mais competitivo por causa de seus baixos salários, como quer a teoria econômica burguesa, mas porque o valor das mercadorias é ali mais baixo. Se os salários aumentam isso não atenua sua competitividade como esperam os reformistas. Supondo-se que todas as condições permaneçam as mesmas, são os lucros que caem. A unidade do proletariado mundial deve fazer-se sobre o cadáver de tais teorias que forcem os proletários a se atacarem ferozmente e a abaixarem seu salário.

Um esforço científico importante é exigido para restaurar e desenvolver a teoria marxista da lei do valor em escala internacional (nossa apresentação é muito resumida, pois é preciso considerar os efeitos das diferenças de intensidade, de qualificação, etc.) e, melhor do que aderir a conceitos mais do que duvidosos como o do “capital financeiro” nossos analistas fariam melhor se dedicassem seus talentos a esta tarefa.

¹⁰ O renminbi (“a moeda do povo”) é a moeda da China, cuja unidade é o yuan.

Portanto, é uma realidade inegável que a China ou o Brasil tenham a possibilidade de chegar ao nível dos países desenvolvidos, como mostra a Figura 6 da evolução comparada dos PIBs em relação aos Estados Unidos, a primeira potência econômica mundial.

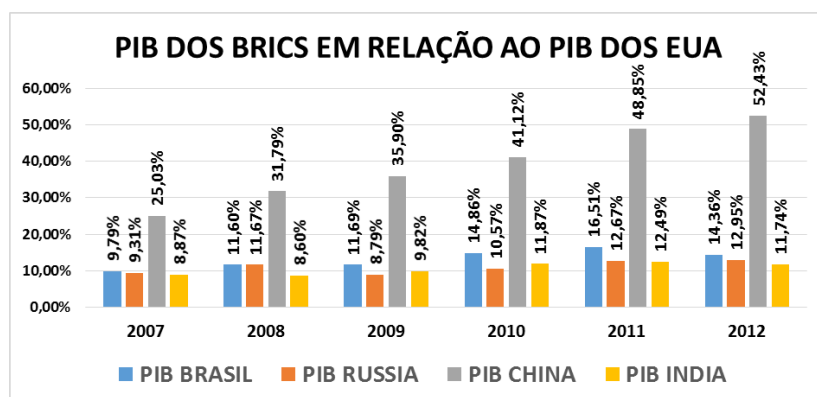


Figura 6. Evolução comparativa do PIB dos BRICs em relação ao PIB dos EUA.

Certamente é justo considerar que o nível das exportações da China é relativamente elevado para um país deste tamanho, como pode ser observado na Figura 7. Também é justo evidenciar que a parcela de 50% das exportações chinesas é proveniente de centros de produção detidos pelas multinacionais¹¹ (principalmente americanas). Pode-se também sublinhar a fraqueza do comércio líquido, que exemplos como o da produção do Ipad ilustram de maneira caricatural. Tudo isso traduz a importância das atividades de montagem no comércio exterior chinês.

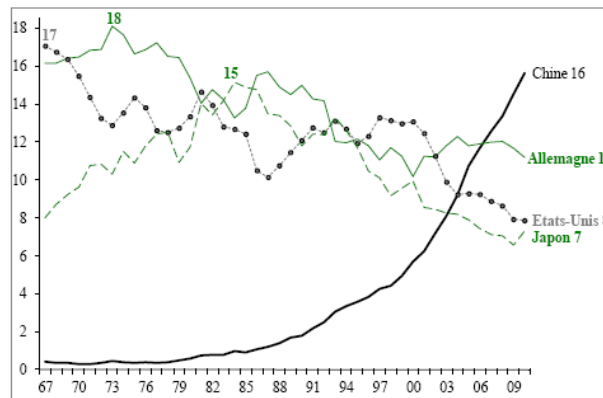
Mas fazer da China unicamente uma oficina do mundo submetida à demanda do mundo desenvolvido seria negar seu desenvolvimento autônomo. Embora a montagem continue sendo um componente majoritário da atividade exportadora, os outros aspectos do desenvolvimento chinês não podem ser esquecidos (ver Figura 8). Decerto a parcela das exportações no PIB é bastante elevada para um país dessa dimensão, mas ela não constitui o único destino da produção chinesa.

“Dois terços do inchaço do excedente corresponderam às atividades de montagem. Atraídos pelos baixos custos de entrada nessas atividades, os investidores estrangeiros desenvolveram na China locais de produção globalizados estreitamente ligados a uma demanda externa em forte expansão, particularmente nos bens eletrônicos. Mas o “comércio ordinário” também contribuiu para o aumento do excedente global passando de um leve déficit para um excedente maciço. A inversão de posição deveu-se principalmente aos investimentos das empresas chinesas nos dois setores da indústria pesada: “Máquinas” e “Metais de base”. Dessa forma, a demanda internacional e as políticas nacionais de substituição das importações alimentaram a explosão do excedente

¹¹ Isto torna ainda mais contraditória a questão da apreciação da moeda chinesa. Do ponto de vista da produção da mais-valia relativa, da taxa de mais-valia, o livre comércio é a solução ótima, pois permite obter mercadorias a preço mais baixo. O capital estadunidense encontrará aí, portanto, uma vantagem maior. Mas, a partir do momento em que essa produção arruíne a produção nacional e, como consequência, a massa da mais-valia produzida fique ameaçada, aumentam as pressões protecionistas e aquelas para a apreciação da relação renminbi/dólar, em conformidade com a ação da lei do valor na escala internacional.

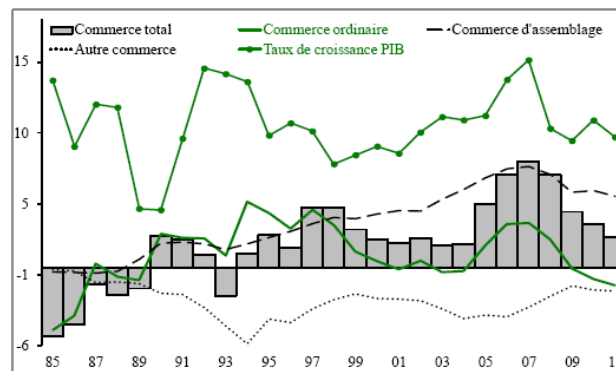
comercial.” (*Le rééquilibrage de l'économie chinoise: Etat des lieux*. Françoise Lemoine et Denis Ünal)

Tanto a natureza das exportações como das importações mostram claramente um desenvolvimento autônomo.



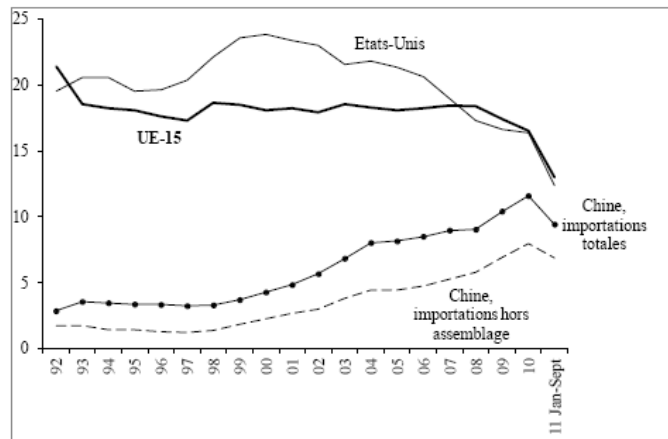
Source: CEPIL, base de données CHELEM-CIN.

Figura 7. Participação dos principais exportadores de bens manufaturados no comércio mundial de manufaturados. Gráfico extraído de « *Le rééquilibrage de l'économie chinoise : Etat des lieux* ». Françoise Lemoine et Denis Ünal



Source: Annuaire statistiques et données de douanes de la Chine.

Figura 8. Saldo comercial da China em % do PIB. Gráfico extraído de « *Le rééquilibrage de l'économie chinoise : Etat des lieux* ». Françoise Lemoine et Denis Ünal.



Source: OMC et Statistiques de douanes chinoises.

Figura 9. Parcelas nas importações mundiais (exclusive intra-união europeia, em %). Gráfico extraído de « Le rééquilibrage de l'économie chinoise : Etat des lieux ». Françoise Lemoine et Denis Únal

Após a queda de Mussolini, a burguesia americana pensou que era importante dar aulas de política aos italianos; isto os fez cair na gargalhada. Parece que o mandarim é uma língua que, particularmente, se presta muito bem aos trocadilhos e pode-se pensar que a mais velha civilização do mundo se divertirá bastante no dia em que algum consultor americano quiser lhe ensinar o comércio. Desenvolve-se, em boa parte sob o controle do Estado e ao lado dos investidores estrangeiros, uma indústria nacional, empresas e bancos multinacionais de origem chinesa (isto também vale para a Rússia, a Índia e o Brasil). Assim, a última classificação das 500 primeiras empresas mundiais pela revista *Fortune* diz que a China ocupa o segundo lugar com 95 empresas, ou seja, 16 a mais do que no ano passado.

Mas nem tudo é róseo nesse quadro, pois se tratam essencialmente de empresas do Estado intervindo na indústria (siderurgia, automobilística, produtos químicos) ou da finança (Banco industrial e comercial da China).

A classificação das maiores empresas chinesas mostra que das 123 sociedades que têm um faturamento superior a 100 bilhões de yuans não há mais do que 16 sociedades privadas. A número 1 é a petrolífera Sinopec, seguida do maior produtor nacional de petróleo e gás (China National Petroleum Corporation, a holding da PetroChina). Para obter as dez primeiras, deve-se incluir: State Grid, Industrial and Commercial Bank of China, China Construction Bank, Agricultural Bank of China, Bank of China, China Mobile, China State Construction e China National Offshore Oil Corporation, ou seja, 8 outras empresas do Estado. Essas empresas do Estado têm apenas uma rentabilidade relativa, como mostra a distribuição dos resultados: os nove bancos comerciais chineses dessa classificação obtêm mais de 55% dos benefícios totais das 89 empresas chinesas.¹² Esses fatos e os desequilíbrios que eles provocam não devem ocultar outra dinâmica, a das empresas privadas. Segundo a Administração Geral do Estado para a indústria e o comércio, em novembro de 2013 a China contava com 15,04 milhões de empresas (cujo crescimento mensal é superior a 1%), para um capital social de 95.290 bilhões de yuans.

¹² Desse modo, a “dominação do capital financeiro” não estaria lá onde o marxismo vulgar habitualmente a coloca!!

Entre elas encontram-se 446.400 empresas de capital estrangeiro, cujo capital social era de 12.320 bilhões de yuans (2.020 bilhões de dólares).

Portanto, ao lado da indústria e da finança do Estado, ao lado das empresas de capital estrangeiro que desempenham um papel preponderante, desenvolve-se um capitalismo privado bastante dinâmico. Ele representa a maioria (61% em 2012) dos investimentos chineses no exterior. Se estes ainda estão longe de se igualarem aos investimentos estrangeiros na China¹³ em termos de estoque de investimentos, os fluxos atuais (87,8 bilhões de dólares em saídas contra 121 bilhões de dólares em entradas em 2012) mostram que a distância é da ordem de 40%.

De fato, é a velha previsão de Marx que está em vias de acontecer:

“Hoje, graças à concorrência que desde então se instaurou no mercado mundial, demos muitos passos à frente. “Se a China” – declara o parlamentar Stapleton a seus eleitores – “se tornasse um grande país industrial, não vejo como a população trabalhadora da Europa poderia enfrentar esse desafio sem decair ao nível de seus concorrentes”, Times, 3 set. 1873. Não mais salários continentais, mas salários chineses! Esse é, agora, o objetivo perseguido pelo capital inglês.” (Marx, O Capital, Livro I, seção VII, capítulo 22 §4, nota 53)

A dinâmica do capitalismo chinês está longe de estar acabada. A república democrática é uma das reivindicações potenciais das coortes de empresários, das classes médias modernas e, obviamente, do proletariado. Além do mais, como o proletariado seria o principal beneficiário, é ele quem torna essas novas classes hesitantes diante da república democrática.

A crise de 2007-2009, cujos efeitos ainda estão longe de serem absorvidos por toda parte, mordeu a China, assim com as demais nações. O nível da acumulação e uma política de sustentação permitiram limitar os efeitos dessa crise. Aqui também as consequências dessa sustentação estão longe de serem superadas. As próximas crises atingirão mais fortemente a China e também o Brasil, a Rússia, a Índia. Além disso, à medida que a China sobe mais rapidamente do que outros países na escala industrial das nações, ela deixa livres os últimos degraus. A partir do momento em que outros países puderem realizar o que ela é capaz de produzir, eles também estarão prontos para entrar eficazmente em concorrência com ela. Por quê? Porque o trabalho chinês, pelo fato do desenvolvimento mais rápido da produtividade recebe no mercado mundial um peso específico mais elevado, devido à modificação da lei do valor na escala internacional: o renminbi valoriza-se e freia a competitividade dos produtos chineses, ao mesmo tempo em que os lança em uma nova concorrência.

Quais são as consequências? Enquanto a China estiver submetida aos ordenantes estrangeiros, eles irão produzir uma parte de sua produção em outros lugares (a Samsung, por exemplo, volta-se para o Vietnã, a Foxconn cobiça a Indonésia), enquanto que outros, como é o caso de determinadas empresas americanas, repatriam sua produção. Mas, como já lembramos, certos mercados, como, por exemplo, o mercado mundial do têxtil, são também dominados pelos capitalistas chineses autóctones, sendo eles quem deslocalizam a produção para os países mais competitivos. A outra consequência é que se estabelece uma nova divisão do trabalho. A parte mais baixa do espectro tende a ser produzida nos novos países industriais, enquanto que a China

¹³ Segundo algumas fontes, 2.260 bilhões de dólares contra 532 bilhões de dólares.

conserva a produção de produtos mais elaborados, esforça-se para desenvolver políticas de marcas para limitar a concorrência, para produzir produtos de luxo, elevando-se dessa maneira para a parte mais alta do espectro e entrando em forte concorrência com as posições mais sólidas dos países capitalistas mais desenvolvidos. Estabelece-se uma organização do trabalho que deixa uma parte maior para a automatização. Algumas técnicas que antes eram pouco rentáveis tornam-se por sua vez rentáveis.¹⁴ Eis aí, rápida e esquematicamente esboçadas, as consequências da aplicação da lei do valor na escala internacional.

Finalmente, cabe perguntar por que, a despeito das tendências gerais apontarem para uma direção oposta, continua-se obstinadamente sustentando a tese da manutenção da predominância da produção da mais-valia absoluta em países como o Brasil, a China, etc.? Um argumento, que à primeira vista aparenta ser sofisticado, diz que o imperialismo conserva inalterada, congelada, a divisão internacional do trabalho, mantendo a produção da mais-valia absoluta nos “países dominados” para sustentar a produção da mais-valia relativa nos “países dominantes”, de modo a compensar a tendência à “queda da taxa de lucro global” do capital. Por serem demasiadamente longos, não cabe aqui desenvolvermos os argumentos contra essa tese que se inscreve na tradição de Grossmann, Matick e *tutti quanti*.¹⁵

Basta aqui dizer que não há uma “taxa de lucro global” de uma totalidade do capital. Não se pode confundir o nível de abstração que Marx realiza em certas partes de sua obra, quando faz abstração do comércio exterior ao estudar o capital em geral para analisar determinados fenômenos, com a compreensão do capital como um *deus ex-machina*, como uma totalidade abstrata. Mesmo quando Marx analisa, por exemplo, no Livro II os esquemas de reprodução em um alto nível de abstração para estudar fenômenos essenciais destes esquemas, no qual supõe a existência de uma única nação no mundo, de um único mercado sem comércio exterior, ele deixa muito claro que se trata de um modelo abstrato e que o comércio exterior é um momento necessário do modo de produção capitalista.¹⁶

Posto isso, considerar a existência dessa tal “taxa de lucro global” implica assumir a existência de uma igualização (perequação) das taxas de lucro nacionais em escala internacional, como se as nações fossem “ramos” econômicos de uma única “nação-mundo”, manifestação da “totalidade do capital”. Para Marx essa igualização não existe,¹⁷ mas é este justamente o argumento que

¹⁴ O aumento do valor das mercadorias na China provoca o aumento dos custos de produção, incluindo o salário. Antes desse aumento, a introdução de novas técnicas assentadas em uma composição técnica do capital mais elevada provocaria um aumento dos custos de produção e não seria rentável. Com aquele aumento, a introdução dessas novas técnicas, que permitem fazer economia no capital adiantado como salário ao diminuir o número de operários necessários para a produção (aumento da composição orgânica do capital e da produtividade do trabalho), podem diminuir os custos de produção desde que o acréscimo no valor despendido para a introdução destas técnicas seja inferior à economia feita nos salários.

¹⁵ Nossa crítica às posições de Grossmann sobre o comércio internacional encontra-se na publicação “*A teoria marxista das crises*”, em língua francesa, reedição de 2009, a qual pode ser também encontrada no nosso site www.robingoodfellow.info.

¹⁶ Um exemplo do próprio Livro II: “A produção capitalista não pode existir sem comércio exterior.” (Marx, Capital, Livro II, Seção III – *A reprodução da matéria monetária*)

¹⁷ Uma passagem sintética sobre a questão: “A perequação dos valores pelos tempos de trabalho e, muito menos ainda, a dos preços de produção em uma taxa geral de lucro não existe sob esta forma imediata entre países diferentes.” (Marx, Teorias sobre a mais-valia, T.2 – *Teoria de Ricardo e de Smith sobre o custo de produção*)

sustenta as noções de Grosmann e seus epígonos sobre o comércio exterior. Ora, a igualização da taxa de lucro entre diversas frações do capital supõe uma similaridade na produtividade e na intensidade de trabalho entre os ramos do capital de um mercado nacional, mas no mercado mundial, como rapidamente recordamos mais acima, ao contrário prevalece a desigualdade da produtividade e da intensidade do trabalho entre as nações, isto é, a desigualdade no grau desenvolvimento das forças produtivas do trabalho nacional.

Desse modo, as nações que ocupam os degraus mais altos na escala internacional indicam às outras o caminho que lhes resta galgar. Não existe, portanto, uma hierarquia metafísica que imobilize a divisão internacional do trabalho e condene as nações do campo “não imperialista” a permanecerem dentro dele produzindo a mais-valia absoluta enquanto o outro campo produz a mais-valia relativa. A totalidade do capital não é uma abstração que divide estaticamente o mundo nesses dois campos. Ela é expressão do mercado mundial composto por seus momentos – os mercados nacionais – com níveis diferentes de produtividade e de intensidade do trabalho, e, portanto, com taxas de lucro diferentes que se igualizam no plano nacional, mas não na escala internacional.

Conclusão

Não iremos mais adiante nessas questões complexas, que evidentemente não se reduzem às concorrências entre estados-nações. As empresas multinacionais simultaneamente superam os Estados preparando as bases de uma planificação mundial da sociedade, planificação que se torna cada vez mais necessária segundo confessa a própria burguesia, cujas forças produtivas desencadeadas por ela e que lhes fogem das mãos ameaçam a se voltar contra o desenvolvimento da humanidade. A burguesia procura superar esse quadro nacional, mas não pode; as empresas multinacionais o superam e o colocam em xeque, mas ao mesmo tempo visam conservá-lo para tirar proveito de suas diferenças a fim de otimizar seus lucros. A necessidade de uma revolução comunista é uma exigência cada vez mais premente. O movimento operário conquistou a república democrática no Brasil, na Índia, na Rússia, quer dizer, conquistou o campo de batalha onde pode se desenrolar o combate final entre a burguesia e o proletariado (o que não quer dizer que ele não deve mais lutar para o seu aprofundamento). Seu advento, na China, seria um evento da maior importância na medida em que atrás da luta por essa conquista perfila-se o espectro da revolução proletária. Crise do dólar ou revolução chinesa, quem chegará primeiro?

Por fim, a oposição entre a produção da mais-valia relativa no “centro” e a produção da mais-valia absoluta na “periferia” não tem qualquer fundamento. A busca do máximo de mais-valia nos BRICs e países similares se dá sob seus dois métodos: mais-valia relativa e mais-valia absoluta, decerto no quadro de uma composição técnica média do capital de cada um destes países ainda inferior à dos países mais desenvolvidos. Depois de haver demonstrado, através da ilustração das tendências gerais, que a produção da mais-valia relativa opera no Brasil e na China, devemos aqui renunciar a essa demonstração e despachar simultaneamente o marxismo? Ora, os dados apresentados sobre o Brasil mostram que, do ponto de vista das grandes tendências, a parte dos salários no valor adicionado, apesar de seus altos e baixos, é relativamente constante no período analisado. Se a parte dos salários diminui, há indubitavelmente crescimento da mais-valia relativa, mas se ela não diminui, a teoria marxista nos diz que é necessário considerar as classes improdutivas e o trabalho que não cria mais-valia. Para o marxismo, ao mesmo tempo em que

crece o trabalho produtor de mais-valia desenvolve-se ainda mais rapidamente uma classe média moderna improdutiva e o trabalho não criador de mais-valia. O resultado desse fenômeno analisado por Marx é que o valor gerado por cada trabalhador produtivo, isto é, por cada proletário, é bem maior do que aquele calculado que considera o conjunto dos assalariados. Desse modo, o marxismo afirma sua superioridade científica sobre a economia política.